

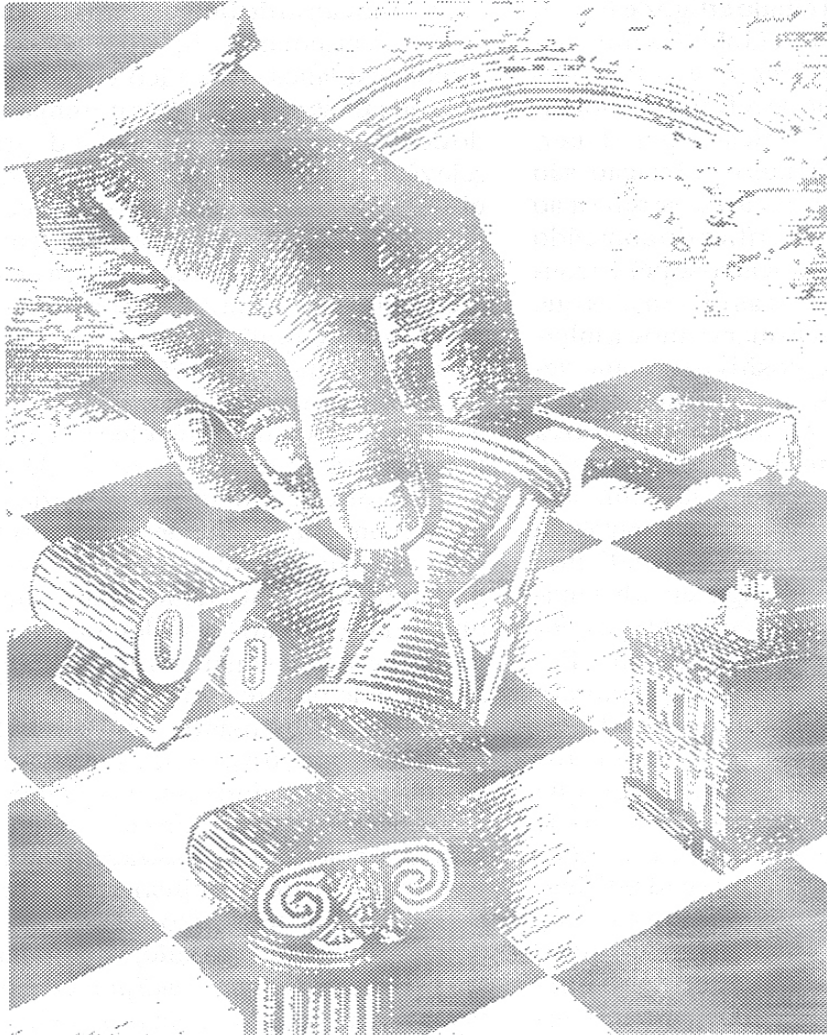
MICHELANGELO BOVERO

Liberalismo, socialismo, democracia

Definições mínimas e relações possíveis

1. NAS TRADIÇÕES GOBETTIANAS

Em 1924 a revista de Piero Gobetti, *Rivoluzione Liberale* (*Revolução Liberal*), publicou um ensaio de Carlo Rosselli, cujo título significativo era “Liberalismo Socialista”. Na nota que acompanhava o texto, Gobetti apresentava o autor como “um socialista que não permaneceu alheio às críticas e às exigências” feitas pela revista, e o ensaio era como uma espécie de resposta a um artigo anterior polêmico escrito por Riccardo Bauer e cujo título era “Domande ai Socialisti” (“Perguntas aos Socialistas”). Nele se arrisca a afirmar que: “Até o nosso liberalismo é socialista, se aceitarmos o balanço do marxismo e do socialismo oferecido a nós muitas vezes. Basta



Liberalismo/Neoliberalismo

MICHELANGELO BOVERO é professor da Universidade de Turim e autor de *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna* (Editora Brasiliense).

Tradução de **Lise Aron**

que se aceite o princípio de que todas as liberdades são solidárias". Mas devemos salientar que essa foi talvez a única vez (ou uma das poucas vezes) em que Gobetti qualifica o próprio liberalismo, heterodoxo e revolucionário, com o adjetivo "socialista". Na maioria dos textos de Gobetti esse adjetivo é sinônimo de burocrático e estatizante e assume uma conotação claramente negativa. Contudo, essa afirmação isolada não é assim tão rara e ocasional. É possível encontrá-la na nota gobettiana que acompanha o acima citado artigo de Bauer. Afastando-se do autor, Gobetti sentiu necessidade de "especificar" que as *bases ideais* do socialismo não se referem ao liberalismo no contraste indicado por Bauer. Ambos são filhos da industrialização, são fenômenos da luta política. Ao se referir ao marxismo e fazer uma crítica do conteúdo econômico coletivista acaba-se por encontrar *um terreno comum*: as dissensões que persistem entre o nosso marxismo e a interpretação estalizante, positivista, como desejavam os socialistas desse século. Sem dúvida, um terreno comum não significa uma síntese, e nem mesmo uma mediação ou um acordo, mas oferece a possibilidade de considerar não necessariamente antiética a relação entre liberalismo e socialismo. Essas notas de Gobetti sugerem uma maneira de reexaminar a essência de seu pensamento. E talvez possam até sugerir reflexões importantes sobre a tradição cultural e política chamada Gobettismo: uma tradição iluminista e também aberta aos ensinamentos de Marx, a tal ponto que muitos amigos de Gobetti tornaram-se marxistas ou filomarxistas, e muitos marxistas em diferentes épocas se identificaram com o gobettismo, mas talvez mais iluminista porque armado unicamente do poder corrosivo da crítica racional; uma tradição certamente liberal, e também solidária com as lutas socialistas pela emancipação operária, embora talvez fosse mais libertária porque se apoiava em valores do individualismo moderno e animada pelo espírito de independência e de intransigência moral. Uma tradição, portanto, que talvez não fosse tão errado chamá-la liberal-socialista, pelo menos no sentido daquela tensão problemática considerada por aqueles - seja dito sem retórica - que avaliam tanto os valores irrenunciáveis da liberdade individual quanto a necessidade de justiça social. Sem dúvida, é preciso ficar bem claro que fórmulas assim não representam a indica-

ção de uma solução - como sugeriu o irenismo calogeriano, freqüentemente retórico -; indicam o problema: um problema e uma exigência das mais atuais.

2. A QUESTÃO DO LIBERAL-SOCIALISMO HOJE

Na década passada ocorreu o retumbante retorno do liberalismo no cenário político ocidental, tanto na teoria como na prática. A renovação do liberalismo - seja numa notável variedade de interpretações e em diferentes planos, do técnico-econômico ao ético ideal - se aproveitou de um emaranhado de circunstâncias e de eventos de grande relevância, que chegaram quase a coincidir cronologicamente com a crise do modelo do Estado social, com o esgotamento do ciclo social-democrático, e com a crise de credibilidade do marxismo como perspectiva teórica e prática de emancipação. A década terminou com o desmantelamento final do socialismo real e de sua pesada estrutura autocrática; a revolução democrática do Leste Europeu reafirmou de modo peremptório o valor da liberdade dos modernos, ou seja, a validade do núcleo ético-político do liberalismo como precondição da democracia. Entretanto, a reconsagrada união entre liberalismo e democracia - entre as liberdades negativas dos modernos e a liberdade política positiva - deixa sem solução os problemas de justiça social dos quais se originou a perspectiva socialista: de um lado, os regimes liberais-democráticos consolidados aceitam - e é preciso salientar que esses mesmos são aceitos por elas - a marginalidade e a injustiça social e tendem a coincidir com o tipo de "sociedade de dois terços"; por outro lado, as democracias liberais em *status nascendi* parecem prontas a lançar processos sociais geradores de fortes desigualdades. Isso sem falar do mar de pobreza do Terceiro Mundo, onde mesmo as poucas e frágeis democracias formais que tentam sobreviver ou nascer estão destinadas a serem apenas democracias aparentes.

Nesse quadro, inevitavelmente simplificado, é reproposto quase que de *per se* o problema da possibilidade de um superamento da antítese histórica e teórica da idade contemporânea, justamente aquela existente entre liberalismo e socialismo. Não é por acaso que Perry Anderson, especialista em marxismo, dedicou-se recente-

mente a analisar os famosos percursos históricos ao longo dos quais se tentou a síntese liberal-socialista. No conhecido ensaio de 1988 cujo título é *A Afinidade de Nberto Bobbio* - entenda-se como "afinidade eletiva" no sentido da química pré-moderna, à qual até Goethe foi evocado - (traduzido em italiano e distribuído pela Unitá em um folheto chamado *Socialismo Liberale*), Anderson reconstrói em grandes linhas a tradição liberal-socialista italiana, por meio dos principais autores - de Gobetti a Rosselli, Calogero a Capitini, aos *azionisti* que nos interessaram no nosso seminário, e que foram considerados por Anderson como fonte do pensamento político de Bobbio ou como parte relevante no cenário cultural do qual este se derivou. De maneira muito oportuna, Anderson sugere confrontar essa tradição italiana com aquela, que não pode ser considerada verdadeiramente uma tradição, mas uma sucessão significativa de relevantes figuras isoladas do pensamento anglo-americano: de John Stuart Mill a Russell, Hobson e Dewey. Depois de dedicar as páginas iniciais do seu ensaio a passar rapidamente em revista esses vultos - e deve-se dizer que o elenco deveria ser mais amplo, incluindo pelo menos Hobhouse -, Anderson afirma que hoje, "depois de um longo período, assistimos a uma série de tentativas de propostas que visam sintetizar as tradições liberais com as socialistas", e nesse horizonte problemático o autor mostra seu interesse por Bobbio. Entre os protagonistas dessas tentativas, entre os quais alguns dos mais jovens expoentes da nova geração, Anderson inclui o último Macpherson, autor do livro *La Vita e i Tempi della Democrazia Liberale*; o especialista em política Robert Dahl, defensor do pluralismo político e também da democracia econômica; e mesmo o filósofo John Rawls, autor de uma das mais influentes e discutidas obras contemporâneas de teoria normativa (ou ética) da política: *Una Teoria della Giustizia* (*Uma Teoria da Justiça*) , considerada por alguns estudiosos uma relevante proposta de fundamentação filosófica de uma síntese liberal-socialista na medida em que o problema da justiça distributiva surge confrontando e dando prioridade metodológica e axiológica às liberdades individuais.

Mesmo nesse caso, acredito que o panorama oferecido por Anderson poderia ser mais amplo, e compreender junto com Rawls alguns dos maiores filósofos políti-

cos contemporâneos. Entre as inúmeras variações sobre o tema de teoria da justiça que se sucederam em ritmo inflacionário a partir de 1971, ano em que foi publicada a obra de Rawls, mereceria destaque pelo menos Bruce Ackerman com *La Giustizia Sociale Nello Stato Liberale* (*A Justiça Social no Estado Liberal*), publicado em 1980. Por permanecer na vertente americana, mais relevante ainda e capaz de influir no debate internacional é a obra de Michael Walzer. Em um artigo publicado em 1986, "Il Liberalismo come Arte della Separazione" ("O Liberalismo como Arte da Separação"), Walzer usa explicitamente a fórmula "socialismo liberal" para indicar a exigência, não de uma abolição do mercado, mas de uma demarcação clara de seus limites em relação ao âmbito político. Mesmo os dois nomes de maior relevância e notoriedade do cenário filosófico político europeu, Ralf Dahrendorf e Jürgen Habermas, poderiam estar incluídos entre os protagonistas da pesquisa teórica liberal-socialista - principalmente se não dermos excessiva importância às fórmulas. Mesmo que tenha assinado o manifesto dos *Sozialliberalen*, Dahrendorf sempre se mostrou avesso a aceitar para si tal rótulo. Mas a reticência dele parece sobretudo terminológica. Numa entrevista concedida em 1988 à Rádio Suíça Italiana, quando perguntado: "Na sua opinião, não há liberdade sem justiça social?", Dahrendorf respondeu que: "Não há liberdade se não houver direito à cidadania, e a cidadania é mais do que um passaporte. A cidadania é o direito de desempenhar um papel ativo no mercado e no processo político, e exige mais do que promessas constitucionais. A cidadania exige uma certa posição econômica e social". Quanto a Habermas, sem jamais ter cortado as raízes que vinculam a sua filosofia às tradições do marxismo crítico da Escola de Frankfurt, ele se dedicou ultimamente à elaboração de uma teoria da democracia radical que aceita vários elementos qualificativos das tradições liberais. E não apenas do ponto de vista das liberdades civis: por mais que sua posição se refira ao mercado, descontada a enorme diferença de linguagem, não parece muito diferente da de Walzer. Num recente ensaio sobre a revolução no Leste Europeu (por ele considerada *nachholende Revolution* - revolução recuperadora ou restauradora) afirma que aqueles acontecimentos "contêm um ensinamento inequívoco: as sociedades

complexas não podem reproduzir se não deixarem intacta a lógica da autogestão de uma economia regulada pelo mercado. As sociedades modernas diferenciam o sistema econômico, administrado pelo *medium* do dinheiro, colocado em plano de igualdade com os sistemas administrativos... nenhum dos dois sistemas deve ser subordinado ao outro". E prossegue afirmando que: "Essa não é uma concessão ao realismo político como julgam alguns dos meus críticos na esquerda, mas a consequência de uma postura teórica que supera a concepção holística (totalitária?) da sociedade". Acrescenta ainda que: "Até mesmo o Estado intervencionista agora deve tornar-se 'socialmente domado'... Essa questão só pode ser solucionada se houver uma nova relação entre as esferas públicas autônomas de um lado, e os campos de ações mediados pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro" (conferir *Micromega* 3/90, pp. 22-24).

Em resumo, o convite implícito e explícito que se pode deduzir do ensaio escrito por Anderson de reexaminar e confrontar entre si as várias perspectivas teóricas, que em diversos momentos e a partir de culturas filosóficas e políticas diferentes se orientaram para uma síntese liberal-socialista, merece ser retomado e desenvolvido num verdadeiro programa de pesquisa.

3. DESLIZES DE SIGNIFICADO

Mas quem poderia objetar que, num horizonte tão amplo, o tema do liberal-socialismo corresse o risco de perder sua fisionomia definida. Por isso mesmo, me parece necessário concentrar os esforços numa tentativa de redefinir conceitualmente os termos da questão. Mesmo porque a própria possibilidade de reintroduzir em uma análise da idéia de liberal-socialismo e de suas interpretações num conjunto tão heterogêneo de autores (colocando lado a lado uma página de Capitini e uma de Rawls, ou uma de Gobetti e uma de Habermas...) depende em uma certa medida não só da notável variedade de interpretações disponíveis sobre as noções de liberalismo e socialismo, mas também dos usos imprecisos, confusos, equivocados e às vezes francamente inaceitáveis dos termos liberalismo, socialismo e outros que não é raro encontrar nesses mesmos autores. Tanto assim que se pode suspeitar, às vezes, que o parentesco

ideal entre as respectivas concepções seja apenas aparente. Esclareço que não quero afirmar que intelectuais tão famosos cometam tantos erros no uso de palavras e conceitos. Em vez disso gostaria de levantar essa questão como um problema a ser resolvido: o fato de ser possível encontrar nas páginas dos velhos e novos liberais-socialistas alguns deslizes correntes de significado próprio no uso de palavras-chaves. Duas principalmente: a) freqüentemente o significado de liberalismo e de socialismo se confunde a ponto de quase se sobreporem; e b) freqüentemente cada um deles se confunde com o significado de democracia.

Uma importante fonte de equívocos reside no campo semântico dos termos ingleses *liberalism* e *liberal*. Isso foi percebido com clareza por Hayek, convicto de seu "puro" liberalismo anti-socialista. Disse ele que: "Aquilo que na Europa se costuma, ou se costumava, definir como 'liberal' nos Estados Unidos de hoje é chamado, não sem motivo, de 'conservador', enquanto que o termo 'liberal' é usado para designar aquilo que na Europa seria chamado de 'socialista'". Talvez a observação tenha sido formulada de maneira um tanto drástica - *liberal* corresponde a "liberal-democrático" e/ou "progressista", todavia até uma coloração que chamaríamos social-democrática está de fato presente no uso corrente do termo. A política de Roosevelt, voltada para o *Welfare State*, foi comumente considerada *liberal*. Toda a assim chamada filosofia *liberal* americana é atingida por essa específica ambigüidade. Isso torna-se particularmente evidente em Walzer, onde a noção de liberalismo praticamente - e às vezes explicitamente - coincide com a de social-democracia.

Uma outra confusão comum tem sua raiz na conhecida ambigüidade do conceito de liberdade como tal, e cuja gama de significados *políticos* abrange da liberdade propriamente liberal, ou liberdade negativa como não-impedimento e não-construção, até a liberdade propriamente democrática, ou liberdade positiva como autodeterminação ou autonomia. Às vezes a indistinção terminológica provoca confusões na definição do conceito de liberalismo e na determinação de suas possíveis formas. Dahrendorf caiu nessa armadilha quando, ao reconstruir a árvore genealógica do liberalismo, colocou como cabeça de uma de suas correntes principais o democrático e nada liberal Rousseau. Mas é fácil relembrar

que esse mesmo uso genérico, impreciso e precursor de equívocos na noção de liberalismo pode ser reencontrado, por exemplo, em Gaetano Mosca e em Gioele Solari. E tem mais, essa específica ambigüidade, parece-me, afeta diretamente a perspectiva liberal-socialista como tal, nas versões mais antigas e nas mais recentes. O caso de Rosselli é exemplar nesse sentido: como explica Bobbio na introdução do *Socialismo Liberale*, na visão de Rosselli a única maneira de reunir em uma síntese coerente liberalismo e socialismo é quando se considera o primeiro como um método e o segundo como um objetivo ideal; a não ser que "por método liberal Rosselli entenda aquilo que hoje se chama comumente método democrático". Mas se as coisas estão dessa maneira, a afirmada compatibilidade entre liberalismo e socialismo, como de um método com um objetivo, e assim a própria possibilidade de um socialismo liberal, ou de um liberal-socialismo, é fruto de um equívoco terminológico, e na realidade aquilo que se afirma é a possibilidade e o desejo da social-democracia, ou da via democrática para o socialismo. Até mesmo Bobbio parece alimentar o equívoco em vários trechos dessa introdução: por exemplo, ao afirmar que "a superioridade do método democrático, e portanto do liberalismo, depende de estar fundamentada sobre aquela visão antagônica de História...". É bem verdade que Bobbio se apressa em acrescentar que o socialismo liberal de Rosselli "não coincide em tudo com a democracia social"; mas o fato de tratar-se de uma não-coincidência imperfeita parece sugerir implicitamente que o problema continua, é simplesmente deslocado, e se torna ainda mais complexo, já que se refere aos diversos modos possíveis de conceber a relação entre liberalismo, socialismo e democracia.

4. RELAÇÕES POSSÍVEIS, IMPOSSÍVEIS E NECESSÁRIAS

Quase no final de seu ensaio, Anderson afirma que no pensamento de Bobbio "o socialismo liberal se revela um conjunto instável: os dois elementos socialismo e liberalismo, que no início parecem se atrair, acabam por separar-se, e, dentro do mesmo processo químico, o liberalismo se orienta para o conservadorismo". Logo acrescenta que: "Apesar da boa vontade e o talento difundidos, a síntese do liberalismo e do

socialismo ainda não foi cumprida" (pp. 59-60). Mas de um ponto de vista mais geral, esse é o verdadeiro problema: é mesmo teoricamente possível uma *síntese* liberal-socialista, ou melhor, qualquer tentativa naquela direção? E uma vez depurada - até onde for possível - de equívocos e confusões, de significados genéricos e retóricos, essa *síntese* revelará que se trata sempre de uma composição química instável, destinada a dissolver-se, porque não há verdadeiras afinidades eletivas entre os dois elementos? "Liberal-socialismo" (ou socialismo liberal) é uma fórmula *sinética*, que exprime a superação de uma antítese, a composição de uma oposição, ou então é apenas uma fórmula *sincretica* - como declarava Croce diante da dupla "justiça e liberdade" - expressando a simples mistura de elementos heterogêneos ou a combinação de realidades diferentes perseguidas por fins práticos e contingentes? (O vocábulo grego *sygkretismós*, que significa "confederação à cretense", indica originalmente a união contingente de dois partidos ou duas comunidades heterogêneas diante de um inimigo comum: no caso do socialismo liberal italiano é fácil pensar no fascismo.) Ou, com certeza, se trata de um *oxímoro*, como muitos liberais e muitos socialistas "puros" sempre pensaram? Oxímoro - de *oxys* (agudo) e *morós* (ingênuo) - indica a junção de termos que exprimem conceitos contrários: uma desafinação tão estridente que parece ridícula, como no mote irônico latino (que às vezes serve de exemplo desta *figura* retórica) *festina lente*, "lentamente apressado". Os liberais-socialistas obviamente não pensavam assim. Na verdade, muitos pensavam exatamente o contrário: e não só Calogero, mas também Calamandrei. Ora, o contrário de oxímoro não é síntese: é, talvez, alguma coisa mais, que talvez se possa exprimir com o "raro" termo grego *syzeussis* (*syzeuksis*) - raro em grego, mas sem correspondente nas línguas modernas, onde não foi usado nem mesmo nas traduções. Corresponde ao termo latino *coniugium*, e significa literalmente acasalamento ou, melhor, ligação. É um termo de origem pitagórica, usado por Platão nas *Leis* (930) para indicar um casal de cônjuges que combinam bem, e por Aristóteles no quinto livro da *Ética Nicômaco* (1131b) para indicar a relação que persiste na justiça proporcional entre o "cada um" e "o seu" (isto é, aquilo que na verdade lhes diz respeito; isso indica, por-

tanto, uma aproximação conveniente, quase uma atração específica entre dois elementos, ou bem o resultado dessa, um casal entre cujas partes subsiste coerência e afinidade - algo como uma afinidade eletiva.

Portanto: oxímoro ou *sizetussi*? As palavras liberalismo e socialismo se atraem ou se repelem? A síntese delas é impossível e ridícula, ou pelo contrário conveniente e necessária? Ou ainda a integração entre as duas é simplesmente possível sob certas condições? E qual tipo de relação há entre cada uma das duas e uma terceira palavra com a qual ambas muitas vezes se confundem, a democracia?

Logicamente se observam três modalidades de relações entre dois enunciados quaisquer A e B. Diz-se que a relação é: 1) *necessária* quando A "não pode estar sem" B (por exemplo: "não há rosa sem espinhos"); 2) *possível* quando A "pode estar com" B, mas também "sem" B ("toda rosa tem perfume"); e 3) *impossível* quando A "não pode estar com" B ("não há rosa no inverno"). Aplicando o esquema acima aos três pares onde é possível recombinar os elementos do trio liberalismo, socialismo e democracia, percebe-se que cada uma das três correlações - não apenas aquela entre liberalismo e socialismo, mas também entre liberalismo e democracia e entre socialismo e democracia - representa uma relação nem impossível, nem necessária, mas simplesmente possível sob certas condições. Nem oxímoro, nem *sizetussi*. Naturalmente muita coisa depende de como se definem as noções básicas; mas é também verdade que as diferentes concepções - respectivamente do liberalismo, socialismo e democracia - que foram propostas - mais ou menos claramente - no curso da História poderiam ser distintas entre si até mesmo baseadas nos diferentes modos nos quais é concebida a relação com cada uma das duas outras palavras. Pode-se assim distinguir conceitos entre si diferentes do liberalismo conforme venha apresentada como necessária, ou impossível ou possível a relação com a democracia e com o socialismo; da mesma maneira pode-se individualizar conceitos diferentes de democracia e de socialismo. A minha tese, de que todas as três relações são consideradas simplesmente possíveis sob certas condições, difere especialmente de duas concepções completamente opostas entre si, a concepção prevalecente hoje, que se tornou triunfante depois de 1989, segundo a qual não existe democracia sem

liberalismo, mesmo porque não há democracia com socialismo, e a concepção que, embora não prevalecente, foi bastante difundida na época da assim chamada hegemonia cultural marxista, segundo a qual não há democracia sem socialismo, mesmo porque não há (verdadeira) democracia com liberalismo.

É fácil observar que essas concepções, opostas, coincidem na negação do liberal-socialismo: na perspectiva de ambas, trata-se de um oxímoro. A mim parece, pelo menos no que tange ao sentido mais geral, que ambas são inaceitáveis, não digo do ponto de vista axiológico, mas daquele teórico, porque ambas se revelam igualmente dedutivas se analisadas à luz da noção processual de democracia hoje amplamente aceita.

Mas isso sugere de imediato o retorno ao problema das diferentes interpretações do conceito de democracia, bem como das do liberalismo e do socialismo. É um problema imenso, que supera minha capacidade, e por isso não pode ser tratado adequadamente aqui. (Ocorre entretanto que formam uma trilogia: qual socialismo? Qual liberalismo? Qual democracia?...) Todavia, qualquer ponto de referência e talvez um fio condutor para uma pesquisa nessa direção pode vir da tentativa de construir, ou melhor, de reconstruir "definições mínimas" de cada uma das três palavras-chave, e depois provar a compatibilidade recíproca.

5. É TEORICAMENTE POSSÍVEL UMA SÍNTESE LIBERAL-SOCIALISTA?

Bobbio recentemente esclareceu que os três conceitos não estão no mesmo plano, no sentido de que a democracia se coloca em um nível próprio em relação aos outros dois, o nível das instituições ou bem das formas políticas, diferente daqueles dos movimentos ou das ideologias ou ainda dos conteúdos políticos. É bom notar que desse modo o problema do liberal-socialismo recebe implicitamente uma postura diversa daquela defendida por Rosselli, para o qual, como já foi notado, uma síntese era pensável sob a condição de se considerar liberalismo e socialismo como pertencentes a planos diferentes, um ao dos meios ou dos métodos, o outro ao dos fins ou ideais. Na concepção de Bobbio, entretanto, liberalismo e socialismo estão no mesmo plano, que é o das ideologias - no sentido lato e neutro, as

concepções gerais do mundo político, definidas a partir de certos modelos interpretativos da realidade e da História e (sobretudo) de algumas gamas de valores ou *finis* que vêm propostos ao agir político. Conseqüentemente, parece-me que na perspectiva de Bobbio o caminho rosseliano até a síntese liberal-socialista deveria resultar teoricamente bloqueado. De fato, Bobbio parece muitas vezes inclinado a assumir uma posição ao mesmo tempo cética e pragmática, sugerindo que uma verdadeira síntese teórica é provavelmente impossível, e que acontece às vezes ver uma integração ou um compromisso prático entre duas exigências ideais opostas e, assim, inconciliáveis. Em um ensaio incluído em *Política e Cultura* Bobbio ironiza a “capacidade de ilusão” de alguns intelectuais que se sentem chamados a “executar a síntese”, e como fruto desse comportamento “ambicioso” e “temerário” indica “as várias formas de percorrer um ‘terceiro caminho’ como síntese de liberalismo e de socialismo, de personalismo e solidarismo, de individualismo e universalismo”, etc. (p.136). Não saberia dizer quanto nessas linhas representa considerações auto-críticas diante da experiência prática, e quanto de crítica mais específica, até mesmo implícita a posições filosóficas como a de Calogero.

Correndo o risco de também parecer temerário, digo que uma síntese *teórica* entre liberalismo e socialismo me parece *possível* sob certas condições. Sob condição: 1) que tanto no interior da variada tradição doutrinária do liberalismo, quanto no interior daquela ainda mais complexa do socialismo sejam detectados (pelo menos) dois princípios, ou duas correntes teóricas, ou ainda duas aspirações ideais suficientemente definidas e distintas; 2) que os dois princípios do liberalismo não resultem numa ligação de uma relação de implicação recíproca de modo a torná-lo teoricamente indivisível, e que a mesma coisa valha para os dois princípios do socialismo; e 3) que (pelo menos) um dos princípios do liberalismo resulte não só compatível (como positivo, ou seja, não-contraditório) com (pelo menos) um dos princípios do socialismo, mas com esse convergente em uma espécie de “campo comum” ideal - para retomar a fórmula de Gobetti. Note que o conjunto de tais condições formam uma hipótese teórica que pode parecer um tanto artificial; mas acredito ser possível encontrar bons argumentos para torná-la plausí-

vel, se se coloca na perspectiva de reconstruir “definições mínimas” de cada um dos conceitos-chave. Com a condição de que as definições mínimas não resultem em seguida também pobres ou, ainda pior, banais. (Mas é do banal, isto é, do óbvio, de onde é aconselhável, freqüentemente, partir.)

6. OS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO E DO SOCIALISMO

Se tomarmos como ponto de partida intuitivo a noção mais comum - e em certa medida tautológica -, o liberalismo pode ser definido como aquela concepção ou doutrina política que reconhece e propõe como valor final e/ou como idéia reguladora para a elaboração de um sistema de objetivos, direções e estratégias políticas, o princípio de liberdade individual. Mas que liberdade? Mesmo sem cair na confusão entre liberdade liberal negativa e liberdade democrática positiva, resta o problema de estabelecer em que consiste precisamente a liberdade negativa, ou seja, de converter o princípio abstrato em uma série concreta de liberdade no plural, cuja garantia será perseguida por uma política liberal. Mas os direitos da liberdade estão sempre abertos à controvérsia. Basta pensar no “terrível direito” como o chamava Cesare Beccaria. O direito da propriedade - e o seu corolário, o direito da livre iniciativa econômica - é em tudo assimilado ao direito da liberdade fundamental, conforme decretado pelas históricas cartas liberais, ou pode existir sem mais o compêndio simbólico, como pensava o protoliberal John Locke? Ou ainda subsiste uma diferença natural qualquer entre a liberdade econômica e a pessoal e civil, de modo a justificar a distinção de dois liberalismos - o liberalismo econômico e o político, ou mesmo o “liberismo” e o liberalismo?

Folheando as páginas de Bobbio, encontrei duas fórmulas que poderiam ser usadas como definições mínimas de liberalismo. A primeira no ensaio “Liberalismo Vecchio e Nuovo” (“Liberalismo Velho e Novo”): “O liberalismo - lê-se - como teoria econômica é fator da economia de mercado; como teoria política, é responsável pelo Estado que governa o menos possível ou, como se diz, o Estado mínimo” (p. 109). Mas essa é, em certo sentido, uma tautologia: a teoria do Estado mínimo, ou seja, do Estado não-intervencionista, é simplesmente



uma consequência direta da teoria do mercado puro. Desse ponto de vista, os dois liberalismos, econômico e político, analiticamente distintos, são praticamente e até teoricamente indivisíveis porque envolvem reciprocidade. Mas a teoria política liberal não tem nada a ver com as limitações das intervenções do Estado na vida econômica das pessoas, mas antes, e talvez sobretudo com outros “limites das atividades do Estado” como propõe o famoso título do ensaio escrito por Humboldt. De fato, a segunda fórmula proposta por Bobbio - no início do ensaio “Liberalismo e Democracia” - estabelece a distinção entre dois tipos de limites definindo o liberalismo como a teoria segundo a qual “o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe seja ao Estado absoluto ou ao Estado que hoje chamamos social”. Dentro dessa perspectiva parece possível teoricamente separar as duas características da doutrina liberal, a teoria pura do mercado que implica na redução das *funções* do Estado em termos mínimos, e a teoria dos direitos da liberdade que acarretam a limitação do *poder coativo* do Estado. Naturalmente os liberais “puros e duros”, como Hayek, sustentam que, mesmo teoricamente separadas, as duas características não podem caminhar separadas uma da outra, porque a limitação da liberdade econômica mediante o controle estatal da economia “torna possível, enquanto controle dos meios necessários às realizações de todos os objetivos, a restrição de todas as liberdades”. Mas a relação entre os direitos fundamentais de liberdade e a liberdade do mercado, ou da iniciativa econômica, é bastante controversa e discutível. Certamente se pode afirmar que a garantia das liberdades fundamentais - a liberdade pessoal, da palavra e da imprensa, a de se reunir e formar associações - requer pelo menos a limitação da liberdade do mercado, e dentro dessa perspectiva a relação entre as duas características do liberalismo não é tanto de implicação recíproca, mas de tensões potencialmente conflitantes.

Reconstruir uma definição mínima não muito controversa de socialismo me parece difícil, talvez impossível. Baseado numa primeira verificação formei uma idéia de que o socialismo quase nunca é definido claramente de modo analítico. As definições que encontramos nos escritores socialistas são as mais retóricas e persuasivas. A própria fórmula marxista que deveria indi-

car o núcleo fundamental, a “socialização dos meios de produção”, não é tão penetrante como parece: é bastante clara naquilo que nega, a propriedade privada dos meios de produção e o sistema de relações sociais nele fundado, mas não o é naquilo que afirma. Talvez não seja um acaso que até mesmo Bobbio, para definir o socialismo, no último ensaio citado, se limita a uma formulação negativa: “Por mais que se defina o socialismo no século passado... há pelo menos um critério constante e determinante para diferenciar uma doutrina socialista de todas as outras: a crítica da propriedade privada...” (p. 72). Mas o que significa negar ou abolir a propriedade privada? O que significa “socializá-la”? Aquilo que deveria enfim ser correto, empiricamente e *a posteriori*, é que socialização não coincide de fato com estatização (não é a consequência). Mas então em que consiste? Parece-me que a única maneira de atribuir um significado positivo claro àquela fórmula - um modo sugerido por exemplo por outras fórmulas marxistas como “controle coletivo de produtores associados”, etc. - seja a que se volta para a idéia de democracia ampliada, ou seja, de uma extensão do método democrático nas decisões econômicas fundamentais. Mas nesse sentido a idéia de socialismo - como aquela de liberalismo na versão de Rosselli - parece perder uma característica autônoma em relação à idéia de democracia. Nesse caso, a nossa pesquisa sobre a possibilidade teórica de uma síntese liberal-socialista ficaria destituída de significado, porque... o socialismo não existe, ou seja, não possui a respeitabilidade de um conceito autônomo. (Pensávamos refletir sobre o liberal-socialismo, na realidade estamos refletindo sobre a possibilidade da democracia liberal. É desalentador.)

Ao evitar a redução ao absurdo de nossos esforços, talvez fosse útil recorrer também para o socialismo, como ponto de partida intuitivo, às noções mais correntes. Por simetria com a primeira definição de liberalismo que tentei reconstruir, o socialismo poderia ser definido como aquela concepção ou doutrina política que reconhece e propõe como valor final último, e/ou como idéia reguladora para a elaboração de um sistema de objetivos, direções e estratégias políticas, a igualdade social, ou a solidariedade, ou ainda a igualdade como condição para cooperação e solidariedade sociais. Essa incerteza na identificação intuitiva do princípio fundamental não é destituída de

significado: parece-me refletir uma oscilação que se pode objetivamente verificar na tumultuada história das doutrinas socialistas modernas. Nessa história - que por convenção tem como ponto de partida a *Conspiração dos Iguais* de Babeuf - parece mesmo que se alternam e se mesclam duas correntes (ambas "quentes", para falar como Bloch, e às vezes presentes concomitantemente no mesmo estudioso), uma (mais) igualitária e libertária, no princípio não incompatível teoricamente com uma concepção mais individualista da sociedade, a outra (mais) solidária e coletivista, baseada numa concepção holística da sociedade. É bem verdade que os dois princípios inspiradores - igualdade e solidariedade - vêm muitas vezes juntos ou subordinados um ao outro. Todavia, pelo menos do ponto de vista teórico mais geral, a característica harmônica da segunda corrente dificilmente só pode ser compatível com a característica libertária da primeira: freqüentemente acaba por alojar uma espécie de princípio de hierarquia (pensa-se em Gramsci) e os graus de valores últimos deixam de ser atribuídos à igualdade, mas à ordem. Nessa perspectiva, até mesmo no caso do socialismo, a relação entre as duas características parece não ser de implicações recíprocas, mas de tensões potencialmente conflitantes.

Ao final das contas, pode-se dizer que, se liberalismo e socialismo são considerados ambos em sua configuração mais genérica e ampla, e se as duas características de um e de outro vêm unidas de modo indivisível, então se contrapõem conceitualmente formando definidos princípios de valores, idéias reguladoras ou constelações de fins diferentes e conflitantes. O ideal de sociedade a que se refere um pode ser representado com traços diferentes e pelo menos em parte contraposto em relação àquele que conota o ideal da sociedade a que se refere o outro. A relação é impossível, e liberal-socialismo é um oxímoro. Mas se as duas características tanto de um como de outro não são julgadas indivisíveis, mas sim teoricamente separáveis porque não são vinculadas com implicações recíprocas, então é aconselhável verificar se recombinação diferentemente os quatro elementos é possível encontrar um caso de compatibilidade.

Certamente o individualismo proprietário da teoria liberal de mercado "não pode ficar" com o solidarismo holístico da teoria comunista da sociedade; mas (talvez) uma

teoria liberal dos direitos civis "pode ficar" com uma teoria socialista da justiça distributiva e dos direitos sociais. Se isso é verdade, a relação é, não necessária, mas possível, e "liberal-socialismo" pode valer como fórmula de uma síntese teórica. Uma combinação química das ligações talvez não solidíssimas, mas não instáveis. E o cadinho, ou seja, o "terreno comum" teórico no qual a síntese pode ser experimentada é aquele de uma teoria geral dos direitos. Luigi Ferrajoli recentemente propôs um modelo normativo de Estado de direito definido pela estreita interação entre direitos individuais de tradição liberal e direitos sociais de tradição socialista.

7. CONCLUSÃO

No tocante à definição mínima de democracia, como leitores de Bobbio temos menos problemas. E isso permite aproximar-me mais rapidamente das conclusões. Se nos atermos ao único significado plausível e não-equívoco de democracia - segundo o qual consiste essencialmente em um conjunto de normas técnicas, que observam a competência e os procedimentos, ou seja, o "que" e o "como" do processo de decisão coletiva, e prescrevem a distribuição mais igualitária possível do poder político, ou melhor, do direito-poder de influir nas decisões coletivas - então se compreende bem porque a democracia se coloca num plano diverso em relação àquele onde se situa o liberalismo e o socialismo. Em todo o caso, as normas técnicas da democracia não dizem, não podem dizer, *por que motivo* deve-se usar tal poder para empreender *tal* direção política, para perseguir *tal* ideal. A democracia não diz qual o objetivo, porque não é definida como um objetivo, mas como meio, ou método, de procedimento. A democracia observa as formas e as maneiras, não os conteúdos das decisões políticas. Mas se poderia questionar se a democracia, enquanto meio ou método, seja um meio ou um método *mais* adequado, ou com certeza exclusivamente adequado ao objetivo liberal e por isso não seja um *menos ou nada* adequado, ou mesmo incompatível com os objetivos socialistas e vice-versa, ou seja, um método mais adequado ou adequado somente ao objetivo socialista e nada àquele liberal. Estão implícitas nessas perguntas as duas concepções políticas contrapostas que mencionei no início. Sustento que tais perguntas são em si mesmas dedutivas.

Enquanto ao meio ou método a democracia é de *per se* agnóstica em relação ao objetivo -entendo o objetivo último os modelos prescritos pela sociedade propagados pelas diferentes ideologias, não aos valores primeiros implícitos nas mesmas normas técnicas da democracia.

A sociedade democrática, *id est* governada democraticamente, assumirá como objetivo, como direção política, aquele que de tempos em tempos será resultado da escolha dos cidadãos tendo como base a aplicação e o respeito pelo método democrático. Qualquer que seja, liberal ou socialista ou, por exemplo, ecológico. Por isso digo que os conceitos da democracia que a unem *necessariamente* a um ou a outro sistema de objetivos, concebendo-a como meio ou método necessário e portanto congruente *apenas* com o liberalismo ou *apenas* com o socialismo, são inconseqüentes ou dedutivos. (Quase desnecessário acrescentar que as noções a um tempo abusivas de democracia popular, ou progressiva, ou radical são de qualquer modo negadas por tais silogismos lógicos.) A relação da democracia com o liberalismo, e respectivamente com o socialismo, é simplesmente uma relação *possível*.

O esquematismo desse raciocínio dá lugar a numerosas objeções. Estou perfeitamente ciente. Limite-me, afinal, a considerar aquela que a mim parece mais pertinente ao objeto do nosso encontro. Se aquela relação é apenas possível, por que aceitamos comumente a noção de *liberal-democracia*? Tal noção não indica uma relação necessária entre o método "democracia" e o objetivo "liberdade"?

Ainda que evitando mais uma vez a confusão entre as duas liberdades, liberal e democrática, é necessário admitir que essa objeção, em certo sentido, toca no ponto: a História recente demonstrou, caso fosse ainda necessário, que a democracia não pode existir sem aquilo que Bobbio chamou de quatro grandes liberdades dos modernos, que são liberdades liberais. A relação pode ser considerada efetivamente necessária, não somente possível. Mas nesse caso a relação que se apresenta necessária é aquela que vincula a democracia não tanto ao liberalismo como sistema de objetivos que podem (e não podem) ser perseguidos com método democrático, quanto a um certo conjunto de princípios e de valores, certamente liberais, que são as condições. Nesse sentido, pode-se dizer que a demo-

cracia é necessariamente liberal em seus pressupostos. Mas que liberalismo? Aquele da pura liberdade de mercado ou aquele dos direitos de liberdade fundamentais? Embora a opinião prevalecente hoje é a do primeiro, não coloco em dúvida o segundo; sem dúvida a relação entre democracia e mercado é uma questão tempestuosa que não pode ser evitada.

Piero Calamandrei dizia que a democracia, nos seus pressupostos, é não só necessariamente liberal, mas até necessariamente *social*. As condições (como tais necessárias) da democracia estariam então tanto no liberalismo (ou em certa herança liberal), quanto no socialismo (ou em certa herança socialista). Assim, afirmando que "a justiça social é condição de liberdade individual", implicitamente delineava uma relação complexa onde a realização de (alguns) princípios socialistas é pressuposto indispensável para a realização de (certos) princípios liberais, que por sua vez são o pressuposto indispensável da democracia. Pode-se dizer: a democracia "não pode existir sem" o liberal-socialismo. Diferente de um oxímoro: uma espécie de *sicussí* triádica ou triangular. Na realidade, essa relação necessária complexa apenas delineia o vulto ideal da democracia, mesmo que formal, mas não aparente: em outras palavras, sugere que a democracia, por não ser aparente, precisa de um Estado de direito efetivo, com verdadeiras garantias, sejam liberais, sejam socialistas. Mas a nossa democracia aparente é assim até mesmo porque se recobre de uma aparência de liberal-socialismo.

Como andam as coisas na realidade, do ponto de vista teórico, a relação necessária entre liberalismo e socialismo observa unicamente as condições de uma democracia, e indica como modelo a ser seguido naquele objetivo - o objetivo de tornar não aparente a democracia - uma conjunção entre um Estado de direito liberal (direitos individuais fundamentais) e um Estado social mínimo (necessidades primárias essenciais). Para além do contexto das condições, a relação entre liberalismo e socialismo permanece, na minha visão, possível em certas condições. *Logicamente* possível; que seja portanto também praticamente possível; que seja um "terceiro caminho" praticável, não sei. Mas suspeito que, se fosse realmente praticada, nesse caminho viriam seguramente ao encontro outras respostas da História.